

INTERVENÇÃO DE MANUELA TEIXEIRA NO INÍCIO DO CONGRESSO

Não temos dúvidas de que no nosso percurso sindical existem momentos de maiores conquistas e momentos de maiores dificuldades. Em todas as circunstâncias tivemos consciência de que mais importante do que a vitória concreta é a determinação...

É da essência da democracia que os eleitos prestem contas do mandato que os eleitores lhes conferiram. Sempre cumpri este dever democrático com particular preocupação de rigor, procurando evidenciar o trabalho desenvolvido, as vitórias alcançadas e, também, os aspectos que não conseguimos levar à prática.

Cumpre-me, pela última vez, apresentar contas deixando ao Congresso o dever de julgar as opções que tomamos, a actividade que desenvolvemos, a fidelidade com que cumprimos o mandato que de vós recebemos. Realizando-se, contudo, este Congresso num tempo muito particular e tendo nós vivido um triénio de grande complexidade compreenderão que faça neste momento alguma análise, também, do que foram as políticas do Governo, particularmente as políticas educativas, durante este período.

[1. O contexto em que se desenvolveu este mandato]

Em três anos tivemos três Ministros da Educação e quatro responsáveis pela pasta do Ensino Superior. E sendo certo que quando muda o Ministro ocorre sempre uma mudança de políticas - mesmo quando os Ministros que se sucedem pertencem ao mesmo Partido ou ao mesmo Governo - pode compreender-se as mudanças de perspectiva política e a quantidade de dossiers negociais que nunca tiveram conclusão.

Por isso este triénio fica marcado pelo adiamento de muitas soluções e por um recurso frequente à greve que não corresponde à prática habitual da Federação. Em 3 anos lideramos 4 greves.

Devemos ter em conta que a situação económica do País conduziu ao abandono do Governo por parte do Partido Socialista tendo esse Governo permanecido em gestão entre Dezembro de 2001 e Abril de 2002 com toda a paralisação de acção governativa que tal comporta. O Governo que se lhe seguiu, em nome do deficit excessivo das contas públicas, assumiu uma política extremamente restritiva com reflexos particularmente brutais sobre os funcionários públicos.

ESTE TRIÉNIO FICA MARCADO POR UM RECURSO FREQUENTE À GREVE QUE NÃO CORRESPONDE À PRÁTICA HABITUAL DA FEDERAÇÃO

Se estes factos podem explicar as enormes dificuldades de negociação, a verdade é que, nesta conjuntura, se tornava particularmente relevante que as políticas sectoriais fossem desenvolvidas num esforço de consenso onde pudéssemos compreender que os sacrifícios de hoje seriam compensados com as medidas que se tomavam para o futuro. Seria, assim, importante que nos sentíssemos todos a participar na construção de um futuro melhor. Não é isto, porém, que está a acontecer na Administração Pública em geral e no sector da

Educação em particular.

[2. Total paralisação negocial no ensino superior. Um Ministro da Educação que resolve mal e sozinho]

O esforço de concertação social que reconheço ao Governo em algumas áreas- e que se tem traduzido em múltiplos debates e aproximação de posições no quadro da Comissão Permanente de Concertação Social - tem estado completamente ausente da lógica política dos Ministérios responsáveis pela área da Educação. Poderemos admitir, com muito boa vontade, que a Ministra da Ciência e do Ensino Superior - que tomou posse há escassos 6 meses - não tenha, ainda, encontrado tempo para um diálogo sério e uma negociação efectiva com as organizações sindicais do sector. Depois de uma primeira reunião promissora de diálogo, a Ministra - mais da Ciência do que do Ensino Superior - não manteve nenhum contacto com os representantes dos trabalhadores da Educação. É tempo de que Maria da Graça Carvalho reconheça que as mudanças exigem diálogo e participação.

Quanto a David Justino podemos afirmar que é um Ministro que decide sozinho e que tem da Educação uma visão redutora e perigosa.

Recorde-se que uma das suas primeiras medidas foi a publicação de um ranking de escolas com uma base "dita" científica e que é a negação completa de uma ideia de escola que integra, educa e instrui. O erro deste estudo foi tão clamoroso que os órgãos de comunicação social que o vinham exigindo tiveram que o criticar.

Mas a ideia do Ministro estava claramente explicitada: as escolas deveriam ser avaliadas pelos resultados em exames sem se ponderarem os constrangimentos específicos e os públicos servidos por cada escola.

QUANTO A DAVID JUSTINO PODEMOS AFIRMAR QUE É UM MINISTRO QUE DECIDE SOZINHO E QUE TEM DA EDUCAÇÃO UMA VISÃO REDUTORA E PERIGOSA

E quando hoje o vemos a anunciar a intenção de introduzir exames no fim do 6º ano e até, talvez, no fim do 4º ano de escolaridade podemos concluir que existe uma coerência terrível na sua visão da educação. David Justino está só preocupado com as aprendizagens testáveis por exames... Não está preocupado com as outras dimensões do trabalho que se espera que as escolas desenvolvam nem sequer com o tempo de que cada um necessita para atingir um desenvolvimento intelectual suficiente.

Claro que estas suas opções contam com alguns apoios. Esses apoios vêm de sectores de uma população adulta com graus académicos superiores, preocupada pelo acesso dos seus filhos à Universidade e pouco preocupada com a função integradora e socializadora da escola; uma população adulta que não tem obrigação de dominar as Ciências da Educação e que nunca se interrogou sobre as diferenças que existem entre a população maioritária da escola que frequentou e aquela que hoje frequenta nossas escolas.

A FNE, fiel ao espírito do 25 de Abril, sentindo-se responsável pela construção de uma escola que contribua para o desenvolvimento do país como um todo, não pode deixar de denunciar esta orientação.

Mas este Ministro não tem, apenas, e já era bastante mau, uma perspectiva da escola que põe em causa um percurso de 30 anos. Este Ministro trata a educação como se ela fosse um negócio da sua exclusiva propriedade. Se os outros, quase todos os outros, não estão de acordo com ele isso tem pouca importância: dispõe-se a fazer aprovar uma Lei de Bases da Educação sustentada, apenas, pelos Partidos do Governo e a levar por diante as suas ideias alienando o apoio dos profissionais da Educação a quem cabe implementar as medidas que ele próprio define.

ESTE MINISTRO TRATA A EDUCAÇÃO COMO SE ELA FOSSE UM NEGÓCIO DA SUA EXCLUSIVA PROPRIEDADE

Mesmo quando questionado por nós, na última reunião que a FNE teve no Ministério da Educação, sobre qual o plano que tinha para o combate ao insucesso e ao abandono escolar remeteu-nos para o que seria o anúncio público de tal plano. Ou seja, o Ministro não dialogou com os representantes dos trabalhadores da Educação, não os ouviu sobre o modo de combater com eficácia o insucesso e o abandono. Assumiu sozinho ou com assessores desconhecidos o caminho a seguir. Não admira, assim, que o Plano não tenha tido ninguém a defendê-lo.

[Um Ministro que adia]

Mas o plano tornado público veio revelar, mais uma vez, uma das marcas características da política de David Justino : ele é o Ministro que adia...

Adiou a entrada em vigor dos novos currículos do ensino secundário para apresentar dois anos depois novos currículos que diminuem brutalmente a carga horária das diferentes disciplinas e que criam uma nova disciplina para a qual, para já, não se definem condições minimamente sérias de sucesso.

Adiou a aplicação do Regime Jurídico do Pessoal não Docente das Escolas tendo, desde o início, anunciado a sua determinação de o alterar para o subverter. Aliás, o modo como esta equipa olha para o papel do pessoal não docente das escolas é altamente congruente com a sua visão da escola como um espaço em que apenas se ensinam matérias que serão sujeitas a exames...

ELE [DAVID JUSTINO] É O MINISTRO QUE ADIA

Adiou a implementação de um Plano de Apoio nas áreas de Português e de Matemática que constava, aliás, do programa de Governo que integra.

E em matéria de adiamentos o plano de combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce é a sua verdadeira obra prima. O plano apresentado ao País com pompa e circunstância é, de facto, o plano de adiar esse combate para depois de 2006.

E, no entanto, o país não suporta estes adiamentos...

[3. Uma opinião pública exigente e crítica da escola]

Todos reconhecemos que a escola tem que dar melhores respostas. Todos sabemos que é preciso mudar muita coisa para fazer de Portugal um país desenvolvido e solidário. Foi esse o sonho que partilhamos com os capitães de Abril e com muitos dos que nos têm governado nestes 30 anos de democracia.

Mas para que a escola mude, para que se coloque no caminho certo, para que não volte a ser a escola de elites que conhecemos até 1974, é preciso que possamos compreender as novas realidades e que demos à escola as condições e o tempo para a sua realização.

Não é justo comparar a escola de hoje com a escola anterior à revolução : tínhamos uma escola de elites e hoje temos uma escola de massas. Não é justo comparar os resultados de Portugal com resultados de outros países do modo como isso se faz : temos uma população adulta com níveis baixíssimos de escolaridade, a uma distância enorme dos níveis educacionais dos países com que nos comparam. Ora todos nós sabemos a importância do domínio da língua sobre as aprendizagens futuras e como esse domínio se inicia na primeira infância no seio da família.

NÃO É JUSTO COMPARAR A ESCOLA DE HOJE COM A ESCOLA ANTERIOR À REVOLUÇÃO: TÍNHAMOS UMA ESCOLA DE ELITES E HOJE TEMOS UM ESCOLA DE MASSAS

Não é justo pedir tudo à escola e não lhe dar os recursos de que ela carece.

Temos uma opinião pública muito crítica e exigente face à escola. E isso é bom. Precisamos, contudo, de que essa atitude crítica seja esclarecida e que obrigue o poder político a tomar as medidas necessárias para que a escola seja exigente sem excluir, seja rigorosa sem poupar na distribuição do afecto de que cada ser humano necessita para se elevar ao melhor de si mesmo.

[4. A estratégia da FNE: NUNCA DESISTIR]

Ao longo destes três anos em que tanto se discutiu a escola, a FNE procurou aprofundar as causas da insatisfação existente e, também, do insucesso de muitas das opções tomadas apresentando medidas para a sua superação.

Querendo contribuir para a construção de uma Escola que dê respostas aos desafios do Futuro promovemos múltiplas acções no domínio da política educativa de que destacarei a consulta que fizemos a todos os

trabalhadores da Educação sobre vários aspectos da actividade educativa das escolas e cujos resultados nos orientaram nas propostas que apresentamos aos Partidos Políticos nas vésperas das eleições de 2002. Ao longo destes anos organizamos múltiplas reuniões de reflexão e debate sobre matérias de particular relevância da vida da educação, com particular destaque para as edições do Fórum FNE que reuniu dirigentes sindicais em cada ano lectivo. Estes debates conduziram à elaboração de propostas que fizemos ao Governo e aos Partidos Políticos com assento parlamentar.

Emitimos múltiplos pareceres e participamos em várias reuniões com parceiros educativos de que destacamos as reuniões com a Comissão Parlamentar da Educação.

Não ignoramos a importância da comunicação e denunciámos todas as situações que, de um modo ou de outro, eram contrárias às propostas que defendemos.

NO NOSSO PERCURSO SINDICAL TIVEMOS CONSCIÊNCIA DE QUE MAIS IMPORTANTE DO QUE A VITÓRIA CONCRETA É A DETERMINAÇÃO DE NUNCA DESISTIR DE A ALCANÇAR

Negociamos até ao limite o que era possível negociar. Quando as decisões políticas decorreram de negociações sérias defendemos as soluções adoptadas mesmo quando, na execução das medidas concretas, se registaram alguns erros, como foi o caso do Concurso do pessoal docente.

Temos consciência de que este diploma de concursos - que pode e, possivelmente, deve ainda sofrer algumas correcções - é bem melhor do que aqueles que o precederam. Com ele foi possível acabar com o drama dos mini-concursos e aumentar a transparência garantindo que o preenchimento de lugares se fará, do início ao termo do concurso, em rigoroso cumprimento da lista graduada.

Em todas as circunstâncias procuramos defender, até ao limite das nossas forças, os trabalhadores que representamos e que nos confiaram este mandato que agora chega ao seu termo.

Apresentamo-nos, pois, diante de vós com a consciência do dever cumprido mesmo se os resultados obtidos não tiveram o brilho que desejávamos.

Não temos dúvidas de que no nosso percurso sindical existem momentos de maiores conquistas e momentos de maiores dificuldades. Em todas as circunstâncias tivemos consciência de que mais importante do que a vitória concreta é a determinação de nunca desistir de a alcançar.

Tudo o que conseguimos e o que ficou por conseguir foi o produto de um trabalho de equipa. Nenhum de nós poderia sozinho obter resultados mas todos juntos, ontem como hoje e também amanhã trabalhamos acreditando que é possível chegar mais longe.

[5. CUMPRIR ABRIL : Os desafios do futuro e o Movimento sindical]

Não poderia, contudo, terminar esta intervenção sem evocar que este Congresso tem lugar nas vésperas do trigésimo aniversário da Revolução de Abril. Foi esta Revolução que nos permitiu nascer como Sindicatos livres e independentes.

Cinco dias depois do 25 de Abril nascia, nesta cidade do Porto, o primeiro Sindicato dos Professores que é, aliás, um dos fundadores da nossa Federação.

Se olharmos para trás podemos reconhecer os enormes benefícios que a gesta dos capitães de Abril nos proporcionou. Se olharmos para a nossa história de 22 anos podemos dizer que também nós temos cumprido Abril.

O futuro aparece-nos como um enorme desafio.

SE OLHARMOS PARA A NOSSA HISTÓRIA DE 22 ANOS PODEMOS DIZER QUE TAMBÉM NÓS TEMOS CUMPRIDO ABRIL

Em nome de todos os professores que se encontram hoje no desemprego, e que constituem a minha maior preocupação,

em nome de todas as gerações que merecem uma escola melhor,

em nome de todos os trabalhadores da Educação que confiam em nós,

apesar das dificuldades com que o presente nos confronta,



não me cabe mais do que afirmar a minha confiança inquebrantável no trabalho do Movimento Sindical para a construção de um futuro mais justo e muito mais solidário.

Manuela Teixeira